

**Agência de Promoção de
Exportações do Brasil -
Apex-Brasil**

**Demonstrações contábeis intermediárias
em 31/03/2021 e Relatório de revisão
dos Auditores independentes**

Maio de 2021

**CONHECIMENTO LOCAL,
ALCANCE GLOBAL**

CONTEÚDO

**RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
EM 31 DE MARÇO DE 2021 3**

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE
MARÇO DE 2021**

BALANÇO PATRIMONIAL.....	6
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO.....	7
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL.....	8
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	9
DEMONSTRAÇÃO DAS INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	10
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS	11

RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2021

À Diretoria Executiva e aos Conselhos Deliberativo e Fiscal da
Agência de Promoção de Exportações do Brasil – Apex-Brasil
Brasília – DF

Introdução

Revisamos as Demonstrações contábeis intermediárias da Agência de Promoção de Exportações do Brasil – Apex-Brasil (“Apex-Brasil” ou “Entidade”), que compreendem o Balanço patrimonial em 31 de março de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio social, dos fluxos de caixa e das informações orçamentárias para o trimestre findo nessa data, incluindo o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

A Administração da Apex-Brasil é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas Demonstrações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e de forma condizente com as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público (NBCs TSP). Nossa responsabilidade é a de expressar uma Conclusão sobre essas Demonstrações contábeis intermediárias com base em nossa revisão de auditoria.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias contidas na NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e na *ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente. Uma revisão de informações financeiras intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permite obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma Opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as Demonstrações contábeis intermediárias acima referidas não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Apex-Brasil em 31 de março de 2021, o desempenho das suas operações, os seus fluxos de caixa e as informações orçamentárias para o trimestre findo nesta data, de acordo com o Pronunciamento técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, assim como pela elaboração dessas informações de forma condizente com as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público (NBCs TSP).

Ênfases

Sem modificar a nossa Conclusão, chamamos a atenção para os seguintes assuntos:

- 1) A Nota Explicativa 14.2 b) contém divulgação acerca de Recurso especial que tramita no Superior Tribunal de Justiça – STJ, o qual questiona a base das contribuições previdenciárias de terceiros (Sistema S, dentre outras entidades, incluindo a Apex-Brasil), baseado no fato de que determinados contribuintes pleiteiam o limite da base de cálculo a 20 salários-mínimos. Nesse sentido, os assessores jurídicos da Apex-Brasil vislumbram três desfechos: i) rejeição pelo STJ da limitação da base de cálculo, assim sem efeito para a Apex-Brasil; ii) instituir o limite de 20 salários-mínimos para o cálculo sobre a contribuição de cada colaborador e não sobre a folha de pagamento total de uma entidade. Neste cenário, há um impacto financeiro para as contribuições da Apex-Brasil ainda não calculado, porém, tende a não afetar significativamente as atividades da Entidade; e iii) atendimento ao pleito dos contribuintes e reconhecer que toda a base de cálculo de uma empresa estaria limitada a 20 salários-mínimos para as contribuições de terceiros. Neste caso, haveria, de fato, impacto substancial nas receitas futuras da Apex-Brasil, hipótese menos provável segundo os assessores jurídicos da Apex-Brasil.

Entendem ainda os assessores jurídicos que, de forma idêntica à já mencionada, tais ações também não requerem o provisionamento de “perda contábil”, na medida em que a 1ª Seção do STJ (REsp 1.619.954) unificou tese de que os serviços sociais autônomos não possuem legitimidade para figurar em ações de repetição de indébito e ainda, que qualquer decisão desfavorável teria apenas efeito prospectivo. No momento, é incerto o desfecho deste assunto.

- 2) A Nota explicativa nº. 1.5 apresenta, entre outros assuntos, os efeitos da Covid-19 nas operações da Apex-Brasil, dentre os quais destacamos: (i) a redução significativa de adiantamentos concedidos aos convênios e também das despesas executadas pelos convenentes, sendo que houve uma redução na execução das despesas com convênios de 53% em 2021 em comparação com o mesmo período do ano anterior, conforme detalhado na Nota explicativa 18; (ii) cancelamento de feiras no exterior de promoção de produtos brasileiros e atração de investimentos estrangeiros para economia brasileira, sendo que a previsão é de que as feiras sejam realizadas em 2021 majoritariamente em formato virtual, resultando em uma redução das despesas com Projetos finalísticos, inclusive no 1º trimestre de 2021 já foi registrada uma redução de

48% das despesas desta natureza; e (iii) os esforços da Apex-Brasil para o cumprimento do seu objeto social mesmo neste cenário adverso, com destaque para o principal investimento previsto em 2021 referente à Expo Dubai, com orçamento aproximado de R\$ 115 milhões, segundo estimativas da Apex-Brasil. Todavia, ainda não é possível prever todos os efeitos futuros da Covid-19 nas operações da Apex-Brasil.

Outro assunto

O Balanço patrimonial da Apex-Brasil em 31 de dezembro de 2020, apresentado para fins de comparabilidade, foi auditado por nós e sobre o qual emitimos uma Opinião sem ressalva em 12 de fevereiro de 2021, contendo os mesmos parágrafos de Ênfase apresentados no presente relatório, além de parágrafo de Ênfase adicional sobre a adoção inicial às normas contábeis aplicadas ao setor público, a partir de 1º de janeiro de 2020, conforme determinado pelo Tribunal de Contas da União - Acórdão TCU nº 991/2019, sendo desnecessário reportar este assunto em 2021. As demonstrações financeiras intermediárias do resultado, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2020, também apresentadas para fins de comparabilidade, foram revisadas por nós e sobre as quais emitimos uma Conclusão sem ressalva em 15 de maio de 2021, contendo parágrafos de Ênfase sobre: i) adoção inicial das normas de contabilidade pública, conforme já mencionado anteriormente; e ii) impactos da Covid-19 nas operações e saldos da Apex-Brasil, de mesmo teor do parágrafo 2 da seção Ênfases supra.

Belo Horizonte, 14 de maio de 2021.

NEXIA TEIXEIRA Auditores

CRC MG 5.194



Domingos Xavier Teixeira

Sócio e Diretor Executivo

Contador CRC MG-14.105-O/5-S-DF-103



AGÊNCIA DE PROMOÇÃO DE EXPORTAÇÕES DO BRASIL – APEX-BRASIL

BALANÇO PATRIMONIAL EM

Em milhares de reais

	Nota	31/03/2021	31/12/2020		Nota	31/03/2021	31/12/2020
ATIVO				PASSIVO			
ATIVO CIRCULANTE				PASSIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	82.542	76.184	Obrigações trabalhistas e sociais	11	15.457	15.318
Aplicação financeira	5	460.685	374.104	Contas a pagar e fornecedores	12	3.737	4.362
Créditos a receber	6	42.519	72.601	Obrigações tributárias e previdenciárias		634	416
Adiantamentos concedidos	7	13.836	20.686	Arrendamentos a pagar	13	6.785	5.959
Outros ativos circulantes		845	971			26.613	26.055
		600.427	544.546				
ATIVO NÃO CIRCULANTE				PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Aplicação financeira	5	165.435	150.747	Obrigações a pagar de longo prazo		964	784
Depósitos judiciais e garantias	8	4.325	4.166	Arrendamentos a pagar	13	14.050	15.383
Direitos em Uso de Arrendamento	9	18.276	19.263	Provisão para riscos tributários e trabalhistas	14	139.496	136.257
Imobilizado	10	2.615	3.146			154.510	152.424
Intangível	10	1.170	1.366				
		191.821	178.688	PATRIMÔNIO SOCIAL	15		
		792.248	723.234	Superávit acumulado		544.755	358.007
				Superávit do exercício		66.370	186.748
						611.125	544.755
						792.248	723.234

As Notas Explicativas anexas são parte integrante das Demonstrações contábeis intermediárias

AUGUSTO PESTANA
Presidente

ROBERTO ESCOTO
Diretor de Gestão Corporativa

GILSON CELLA
CONTADOR
CRC RJ 075.913/O-8 T-DF



AGÊNCIA DE PROMOÇÃO DE EXPORTAÇÕES DO BRASIL – APEX-BRASIL

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS TRIMESTRES FINDOS EM

Em milhares de reais

	Nota	31/03/2021	31/03/2020
Receita sem contraprestação com contribuição social líquida	16	125.002	121.101
Receitas com contraprestação de serviços e outras receitas	17	1.870	1.291
Total das receitas operacionais		126.872	122.392
Custos e despesas operacionais			
Despesas com convênios e projetos	18	(15.931)	(33.691)
Despesas com projetos finalísticos	18	(6.228)	(11.957)
Despesas com viagens		(700)	(1.896)
Despesas com comunicação, marketing e propaganda	19	(3.737)	(1.543)
Despesas com pessoal, encargos e benefícios	20	(30.401)	(29.559)
Despesas gerais e administrativas	21	(5.559)	(5.425)
Despesas com provisão judicial e administrativa	22	(2.737)	(2.741)
Despesas tributárias	23	(2.342)	(3.204)
Despesa com depreciação e amortização	24	(2.254)	(1.963)
Outras receitas (despesas) operacionais		232	129
		(69.657)	(91.850)
Superávit antes do resultado financeiro		57.215	30.542
Resultado financeiro líquido			
Receitas financeiras	25	10.844	7.356
Despesas financeiras		(1.689)	(3.182)
		9.155	4.174
SUPERÁVIT DO PERÍODO		66.370	34.716

As Notas Explicativas anexas são parte integrante das Demonstrações contábeis intermediárias

AUGUSTO PESTANA
Presidente

ROBERTO ESCOTO
Diretor de Gestão Corporativa

GILSON CELLA
CONTADOR
CRC RJ 075.913/O-8 T-DF



AGÊNCIA DE PROMOÇÃO DE EXPORTAÇÕES DO BRASIL – APEX-BRASIL
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL
DO TRIMESTRE FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2021 E DO EXERCÍCIO DE 2020

Em milhares de reais

	Superávit acumulado	Superávit (déficit) do período	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	253.416	104.591	358.007
Incorporação do superávit do exercício anterior	104.591	(104.591)	-
Superávit do período	-	34.716	34.716
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2020	358.007	34.716	392.723
Superávit do período de abril a dezembro de 2020	-	152.032	152.032
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	358.007	186.748	544.755
Incorporação do superávit do exercício anterior	186.748	(186.748)	-
Superávit do período	-	66.370	66.370
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2021	544.755	66.370	611.125

As Notas Explicativas anexas são parte integrante das Demonstrações contábeis intermediárias

AUGUSTO PESTANA
Presidente

ROBERTO ESCOTO
Diretor de Gestão Corporativa

GILSON CELLA
CONTADOR
CRC RJ 075.913/O-8 T-DF



AGÊNCIA DE PROMOÇÃO DE EXPORTAÇÕES DO BRASIL – APEX-BRASIL

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS TRIMESTRES FINDOS EM

Em milhares de reais

	31/03/2021	31/03/2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit do período	66.370	34.716
Despesas (Receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa:		
. Depreciação e amortização	2.254	1.963
. Baixa de ativo imobilizado e intangível	235	31
. Resultado de aplicações financeiras	(2.898)	(4.356)
. Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	3.239	3.151
. Juros de arrendamentos a pagar	461	613
. Variação cambial líquida	(53)	238
	3.238	1.640
Geração Operacional	69.608	36.356
Redução (aumento) nos ativos		
Créditos a receber	30.082	32.235
Adiantamentos concedidos	6.850	(2.715)
Direitos de créditos	126	(853)
Depósitos judiciais e garantias	(159)	(88)
	36.899	28.579
Aumento (redução) nos passivos		
Obrigações trabalhistas e sociais	139	763
Contas a pagar e fornecedores	(625)	(983)
Obrigações tributárias e previdenciárias	218	280
Outros passivos não circulantes	180	36
	(88)	96
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	106.419	65.031
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Instrumentos financeiros, líquido	(98.371)	(33.119)
Aquisições de bens do imobilizado	(253)	(66)
Aquisições de bens do intangível	-	(229)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(98.624)	(33.414)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Pagamento de Arrendamentos	(1.437)	(2.109)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(1.437)	(2.109)
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	6.358	29.508
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	76.184	3.182
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	82.542	32.690
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	6.358	29.508

As Notas Explicativas anexas são parte integrante das Demonstrações contábeis intermediárias

AUGUSTO PESTANA
Presidente

ROBERTO ESCOTO
Diretor de Gestão Corporativa

GILSON CELLA
CONTADOR
CRC RJ 075.913/O-8 T-DF



AGÊNCIA DE PROMOÇÃO DE EXPORTAÇÕES DO BRASIL – APEX-BRASIL

DEMONSTRAÇÃO DAS INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2021

Em milhares de reais

	Orçamento Aprovado		Executado até 31/03/2021	% Execução (acumulado)
	Previsão Inicial	Previsão Atualizada		
RECEITA CORRENTE	525.021	525.021	136.939	26,08
Receita Contribuição Social Ordinária (CSO)	500.854	500.854	125.002	24,96
Receita Patrimonial	10.410	10.410	2.897	27,83
Receita de Serviços	13.757	13.757	1.900	13,81
Receita de Patrocínio	-	-	-	0,00
Outras Receitas	-	-	7.140	***, **
RECEITA CAPITAL	509.227	596.028	596.028	100,00
TOTAL RECEITAS	1.034.247	1.121.049	732.967	65,38

	Orçamento Original	Orçamento Atual	Executado até 31/03/2021	% Execução (acumulado)
	DESPESA CORRENTE	732.567	814.617	65.029
Outras Despesas Correntes	599.513	681.569	34.628	5,08
Projetos Finalísticos	212.124	294.620	6.228	2,11
Comunicação e Marketing	16.155	18.222	3.566	19,57
Patrocínios	6.150	6.150	171	2,78
Convênios	209.538	207.961	14.048	6,76
Locação Bens Moveis e Imóveis	13.811	13.702	3.379	24,66
Serviços Técnicos Especializados	45.237	45.404	3.125	6,88
Despesas Gerais e Administrativas	8.670	8.705	1.040	11,94
Despesas Com Viagens	15.862	15.206	714	4,70
Capacitação	100	100	6	6,23
Despesas Tributárias	67.963	65.489	2.342	3,58
Despesas Financeiras	553	553	46	8,23
Outras Despesas	3.351	5.457	1	0,01
Variação Cambial - Operação NY	-	-	-37	***, **
Pessoal, Encargos e Benefícios sociais	133.054	133.048	30.401	22,85
Remuneração	82.740	82.854	18.680	22,55
Encargos Trabalhistas	24.573	24.631	6.013	24,41
Benefícios	25.741	25.563	5.708	22,33
RESERVA	301.680	306.431	-	0,00
TOTAL DESPESAS	1.034.247	1.121.049	65.029	5,80
SUPERÁVIT			667.938	

As Notas Explicativas anexas são parte integrante das Demonstrações contábeis intermediárias

AUGUSTO PESTANA
Presidente

ROBERTO ESCOTO
Diretor de Gestão Corporativa

GILSON CELLA
CONTADOR
CRC RJ 075.913/O-8 T-DF



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2021

Em milhares de Reais

1 Contexto operacional

1.1 Constituição

A Agência de Promoção de Exportações do Brasil, designada também como Apex-Brasil (“Agência” ou “Entidade”), foi constituída na forma de pessoa jurídica, de direito privado, sem fins lucrativos, de interesse coletivo e de utilidade pública, sob a forma de Serviço Social Autônomo.

A constituição da Entidade decorreu da edição da Medida Provisória nº 106, de 22 de janeiro de 2003, que foi convertida na Lei nº 10.668, de 14 de maio de 2003, regulamentada pelo Decreto nº 4.584/2003. Referido Decreto foi alterado posteriormente pelo Decreto nº 8.440, de 29 de abril de 2015 e pelo Decreto nº 8.788, de 21 de junho de 2016, passando a responsabilidade de supervisão da Agência para o Ministério das Relações Exteriores – MRE, anteriormente vinculada ao Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços – MDIC.

Em razão de a Apex-Brasil ser uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado, os seus atos constitutivos e posteriores foram registrados no Cartório Civil de Pessoas Jurídicas.

1.2 Objetivo social e operação

O objetivo da Apex-Brasil é o de promover as exportações brasileiras e investimentos em cooperação com o Poder Público, assim como a internacionalização de empresas públicas e privadas brasileiras, por meio da pesquisa, da formação e capacitação, do desenvolvimento institucional, dentre outras ações, observadas as políticas nacionais de desenvolvimento, sobretudo no que tange aos setores de indústria, comércio, serviços, tecnologia e agricultura, com ênfase no favorecimento às empresas de pequeno porte e na geração de empregos.

A sua missão é desenvolver a competitividade das empresas brasileiras, promovendo a internacionalização dos seus negócios e a atração de Investimentos Estrangeiros Diretos (IED).

A Apex-Brasil atua de diversas formas para promover a competitividade das empresas brasileiras em seus processos de internacionalização, oferecendo inteligência de mercado, qualificação empresarial, estratégia para internacionalização, promoção de negócios e imagem e atração de investimentos estrangeiros para empresas brasileiras, sem que se tenha o ânimo de lucro.

Ademais, a estrutura de apoio aos setores da economia pela Apex-Brasil ocorre por meio de projetos setoriais, os quais podem ser divididos da seguinte forma: Agronegócios, Alimento e Bebidas; Casa e Construção; Economia Criativa e Serviços; Máquina e Equipamentos; Moda; e Tecnologia e Saúde. Os projetos setoriais são realizados por meio de convênios com as entidades representativas de cada setor mencionado.



Para atender ao seu objetivo social, a Lei nº 8.029/1990 estabeleceu em seu art. 8º, a destinação de parcela da contribuição previdenciária arrecadada pela Receita Federal do Brasil à Agência para financiamento das suas operações.

1.3 Localizações

A sede da Agência está localizada no Setor de Autarquias Norte Quadra 5, Bloco C, Torre B, 12º ao 18º andar - Centro Empresarial CNC. No Brasil, além da sede em Brasília, existem também as unidades de Belém, Porto Alegre, Recife e São Paulo. A Agência mantém, ainda, sete unidades em outros países, com finalidades consonantes aos seus objetivos legais e estatutários. Essas unidades estão estrategicamente localizadas nos principais mercados globais: Miami e São Francisco (EUA), Bogotá (Colômbia), Bruxelas (Bélgica), Moscou (Rússia), Dubai (Emirados Árabes Unidos), Pequim e Xangai (China) e Jerusalém (Israel).

1.4 Aspectos tributários

1.4.1 Imposto de renda

A Apex-Brasil é uma entidade isenta do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica – IRPJ, por se tratar de uma instituição sem fins lucrativos, que presta serviços para os quais foi instituída. Nesse sentido, é importante salientar que ser considerada entidade sem fins lucrativos não significa que a Entidade não possa apresentar superávit em suas contas e, caso o apresente em determinado exercício, o referido resultado é destinado, integralmente, à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais, em consonância ao que prevê o art. 12, § 3º da Lei nº 9.532/1997.

Ainda, as entidades consideradas isentas do IRPJ, pela finalidade ou pelo objeto, deverão atender aos requisitos previstos no art. 15, § 3º, da Lei nº 9.532/1997, com as alterações promovidas pela Lei nº 9.718/1998 (arts. 10 e 18, IV).

Os rendimentos e os ganhos de capitais auferidos em aplicações financeiras de renda fixa não são abrangidos pela isenção (Lei nº 9.532/1997, art. 12 § 2º e art. 15 § 2º), estando fora do alcance da tributação somente o resultado relacionado com as finalidades essenciais das entidades sem fins lucrativos.

1.4.2 Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

Baseado no parágrafo 1º do art. 15 da Lei nº 9.532/1997, a Apex-Brasil está isenta também da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

1.4.3 PIS

Nos termos do art. 13 da Medida Provisória nº 2.158-35/01, a contribuição para o PIS/PASEP será determinada com base na folha de salários, à alíquota de 1%, com o recolhimento mensal desse tributo. Por isso, é isenta de recolhimento de PIS sobre receita financeira nos termos dos arts. 2º e 9º da IN RFB 247 de 2002.



1.4.4 COFINS

Em relação à tributação da COFINS, o inciso X, do art. 14, e o inciso VI, do art. 13, ambos da Medida Provisória nº 2.158-35/01, determinam que as receitas da atividade própria são isentas para serviços sociais autônomos, criados ou autorizados por lei. Para as receitas não próprias, como as financeiras, a Apex-Brasil efetua a apuração e o recolhimento da COFINS à alíquota de 4%, conforme o Decreto nº 8.426/2015.

1.5 Principais ações realizadas no período com impacto nas Demonstrações Contábeis em 31 de março de 2021 e efeitos da Covid-19 nos negócios da Apex-Brasil

A atuação da Apex-Brasil na execução da sua missão institucional se dá por meio de ações realizadas diretamente no Brasil e no exterior, bem como por meio de parcerias estratégicas com outras entidades, públicas e privadas. O cenário externo no ano de 2020 foi desafiador para a Agência, e também o será 2021, porque as principais ações do portfólio demandam a execução de eventos em mercados internacionais para a promoção de produtos brasileiros e atração de investimentos estrangeiros para a economia brasileira e as medidas sanitárias da pandemia têm impacto direto em diversas tipologias de ações da Agência, especialmente, das feiras internacionais, rodadas de negócios, missões comerciais e de atração de investimentos.

As principais feiras canceladas em 2020, entre elas FOODEX, ExpoWest, OTC e SIAL Paris, estão se adaptando para realizar o evento em formato virtual em 2021 ou se preparando para a realização dos eventos em 2022, conforme pode ser consultado nas páginas dos eventos ou no portal da Apex-Brasil. O principal evento que ocorreu no primeiro trimestre foi a Gulfood, realizada no formato tradicional, porém com público reduzido devido à pandemia.

O principal evento nacional de 2021 será o Fórum de Investimentos do Brasil 2021 (BIF), ou *Brasil Investment Forum* que ocorrerá de 31 de maio a 1º de junho de 2021, em formato totalmente digital. O BIF é um evento internacional sobre atração de investimentos estrangeiros para o Brasil, organizado pela Apex-Brasil, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Governo Federal. Considerado o maior evento de investimentos estrangeiros da América Latina, o BIF reunirá autoridades dos governos federal, estaduais, municipais e executivos de grandes empresas do Brasil e do mundo, além de representantes da academia, imprensa e formadores de opinião. Nesta edição o Fórum destacará as oportunidades de investimento em setores estratégicos, como agronegócios, energia, infraestrutura, inovação, saúde e tecnologias, entre outros. O BIF será realizado totalmente em modo online, com expectativa de público de até 3 mil participantes, e terá painéis de discussão de alto nível, com representantes do governo e CEOs de importantes multinacionais, sala de apresentação de projetos públicos e privados no Brasil que estão buscando aporte de investimentos e a oportunidade de networking com representantes de governos estaduais e participantes.

O maior evento internacional que ocorrerá neste ano será a Exposição Universal 2020, em Dubai (Expo Dubai) nos Emirados Árabes Unidos. A Expo Dubai 2020 é uma importante plataforma de promoção da imagem do Brasil, abrangendo múltiplos temas de interesse nacional, como agronegócio, cultura, e-commerce, inovação, tecnologia e turismo. Inicialmente prevista para ocorrer entre outubro de 2020 e abril de 2021, o período de realização da exposição será de 1º de



outubro de 2021 a 31 de março de 2022. O orçamento do evento previsto para 2021 é de aproximadamente R\$ 115 milhões, considerando as etapas finais da construção, a operação e os diversos eventos parte das programações do pavilhão. O tema da Expo Dubai é *Connecting Minds, Creating the Future*, com três subtemas: *Opportunity, Mobility e Sustainability*. O subtema da participação do Brasil na Expo Dubai 2020 será *Sustainability*, com foco no Brasil como um ator global no esforço de sustentabilidade, reafirmando a importância da diversidade brasileira e da posição única como potência agrícola, e imenso potencial industrial e tecnológico. O subtema tem uma ligação direta com os esforços da Apex-Brasil na promoção comercial de produtos e serviços nacionais, ressaltando a importância do agronegócio, da indústria e o desenvolvimento de tecnologias inovadoras.

No contexto das ações realizadas em parceria com as Entidades Setoriais, o impacto da pandemia ainda é bastante expressivo, com significativa redução tanto no volume de adiantamentos concedidos aos convênios, quanto nas despesas. Entre os principais impactos qualitativos percebidos pelas entidades convenientes está a necessidade de adequação de processos para o teletrabalho, motivo do estímulo e orientação da Apex-Brasil para os Projetos Setoriais implementarem sua transformação digital.

Apesar do cenário adverso, a Agência vem se destacando no posicionamento de novos serviços de apoio às empresas e investidores para garantir a proximidade com os clientes da Agência e explorar ao máximo as tecnologias disponíveis. Nesse sentido, foram organizadas mais de 100 ações digitais realizadas diretamente e indiretamente, entre rodadas, webinars, workshops e conferências, promovendo informações sobre o panorama econômico atual e as oportunidades nesse cenário para as empresas brasileiras.

2 Apresentação das Demonstrações Contábeis Intermediárias

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis intermediárias foram preparadas em observância aos critérios de apresentação contidos no pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - “Demonstração Intermediária”, e de forma condizente com as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público (“NBC TSP”), conforme indicado na Notas Explicativas 2.2 e 2.3 a seguir, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

2.2 Adoção das NBCs TSP

A Apex-Brasil implementou as normas contábeis do setor público (NBC TSP EC) a partir do exercício social iniciado em 1º de janeiro de 2020, em observância às determinações decorrentes do Acórdão TCU nº 991/2019. Tal documento tratou dos aspectos contábeis das Entidades do “Sistema S”, determinando que as Demonstrações contábeis destas entidades devem ser elaboradas, no que couber, de acordo com a NBC TSP EC (ou outra norma do Conselho Federal de Contabilidade que vier a sucedê-la), assinadas pelos contadores responsáveis e com a indicação dos nomes dos dirigentes.



Por fim, a Nota Explicativa nº 2.3 apresenta os julgamentos relevantes aplicados pela Administração da Apex-Brasil na adoção das NBCs TSP.

2.3 Julgamentos relevantes na adoção das NBCs TSP

O Conselho Federal de Contabilidade ainda não publicou todas as NBCs TSP equivalentes às normas internacionais de contabilidade aplicáveis ao setor público (*International Public Sector Accounting Standard – “IPSAS”*) emitidas pelo *International Public Sector Accounting Standard Board - “IPSASB”*). Com isso, a Apex-Brasil seguiu a orientação da NBC TSP 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, que prevê, na ausência de norma contábil específica, que a Administração exerça o seu julgamento para aplicar as políticas contábeis que resultem em informação:

- i) relevante para a tomada de decisão dos usuários; e
- ii) confiável, de tal modo que as demonstrações contábeis:
 - a) representem fidedignamente a situação patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa da entidade;
 - b) reflitam a essência econômica das transações, outros eventos e condições e, não apenas a forma legal;
 - c) sejam neutras, isto é, que estejam livres de viés;
 - d) sejam prudentes; e
 - e) sejam completas em todos os aspectos materiais.

Nesse sentido, na ausência de uma NBC TSP aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC a respeito de determinado assunto, a Administração da Apex-Brasil adotou as práticas contábeis equivalentes ao setor privado, por considerar que tais normas seriam as mais adequadas no momento e de amplo conhecimento dos usuários das Demonstrações contábeis.

Os principais pronunciamentos contábeis adotados pela Apex-Brasil e ainda não regulamentados pelo CFC pelas NBC TSP ECs são:

- i) Elaboração de Demonstrações contábeis intermediárias: a Apex-Brasil adotou as diretrizes do CPC 21 – Informações intermediárias;
- ii) Arrendamento mercantil: a Apex-Brasil adotou as diretrizes do CPC 6 (R2) – Arrendamentos. O CFC recentemente abriu consulta pública da NBC TSP 27 – Arrendamentos que dá tratamento distinto ao adotado pelo CPC 6 (R2). Todavia, também fez parte da consulta pública, a não adoção desta norma no modelo apresentado, visando aguardar a aderência das normas internacionais de serviço público aplicável à Arrendamentos à norma já em vigor para entes privados (IFRS 16), processo esse já em andamento pelo *IPSAS Board*. A referida consulta pública já foi encerrada, porém, o Conselho Federal de Contabilidade ainda não divulgou o relatório da consulta pública. A Administração da Apex-Brasil acompanha o andamento desta consulta pública, a fim de



verificar se haverá ou não a necessidade futura de alteração da prática contábil atualmente adotada.

2.4 Base de mensuração

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor; determinados ativos e passivos financeiros são mensurados ao valor justo.

2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

As Demonstrações Contábeis estão sendo apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todos os saldos foram arredondados para milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.6 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Contábeis elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração da Entidade faça julgamentos, estimativas técnicas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais contas sujeitas a estimativas estão representadas:

- i) Por instrumentos financeiros, incluídos em fundos de investimentos exclusivos da Apex-Brasil, mensurados a valor justo por meio do resultado - Nota Explicativa nº 5;
- ii) Pela não constituição de provisão para devedores duvidosos sobre Créditos a receber - Nota Explicativa nº 6;
- iii) Pela depreciação/amortização acumuladas do ativo imobilizado e intangível – Nota Explicativa nº 10;
- iv) Pela determinação da taxa de juros incremental e pelos fluxos de caixa utilizados na adoção do CPC 06 (R2) – Arrendamento mercantil, pronunciamento sem norma aprovada pelas NBC TSP EC – Notas Explicativas nº 9 e 13; e
- v) Pelas provisões para riscos tributários e trabalhistas - Nota Explicativa nº 14.

2.7 Base para elaboração e apresentação da Demonstração das informações orçamentárias

A apresentação das informações orçamentárias nas Demonstrações contábeis considerou o disposto na NBC TSP 13 – Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis, e as orientações do Tribunal de Contas da União (TCU) contidas no Acórdão nº 991/2019 sobre melhorias na transparência e as práticas já adotadas pela Apex-Brasil para elaboração do Relatório de Gestão, incluído nas prestações de contas anuais.



A contabilidade e o orçamento adotam regime de competência, e as exceções residem nos fatos econômicos da DRE (por exemplo, amortização e depreciação) e financeiras do Orçamento (receitas e despesas de capital). Além dessas exceções, também constituem exceção ao regime de competência no orçamento da Apex-Brasil, os seguintes itens:

- Despesas de convênios: são tratadas como executadas quando ocorre o desembolso financeiro para o parceiro. Na contabilidade, o desembolso é tratado como adiantamento e, quando são comprovadas a execução das despesas pelo parceiro, essas são levadas para o resultado.
- Despesas de viagens: os valores repassados diretamente aos empregados ou convidados a título de diárias ou hospedagem são executadas no orçamento quando do desembolso financeiro. Analogamente aos convênios, para os registros contábeis, esse repasse é considerado adiantamento e a despesa impacta o resultado quando da prestação de contas das viagens.
- Despesas de aluguel: conforme descrito na Nota Explicativa nº 2.3, a Apex-Brasil adotou o CPC 06 (R2) para as suas operações com arrendamentos, sendo que este normativo estabelece o modelo único de contabilização de arrendamentos nas demonstrações contábeis de arrendatários através de Direito de Uso, com impacto nos aluguéis das sedes de Brasília, Miami e Bruxelas, que são considerados arrendamentos mercantis. Para o orçamento, a despesa de aluguel continua sendo reconhecida quando do desembolso financeiro, e as despesas econômicas não são consideradas despesas orçamentárias.
- Variação cambial positiva e negativa dos recursos financeiros custodiados nas unidades do exterior: não são incluídas na previsão orçamentária.
- Provisões contingenciais: são consideradas por regime de caixa.
- Aquisição de softwares e equipamentos de informática: são consideradas por regime de caixa.

Uma conciliação das informações contábeis apresentadas na Demonstração do resultado com as informações apresentadas na Demonstração das informações orçamentárias é apresentada na Nota Explicativa nº 29.

2.8 Aprovação das Demonstrações Contábeis

A emissão dessas Demonstrações Contábeis foi autorizada pela Diretoria Executiva da Apex-Brasil em 14 de maio de 2021.

2.9 Informações contábeis das unidades da Apex-Brasil no exterior

As unidades no exterior da Apex-Brasil foram constituídas como filiais da Entidade, sendo que cada uma é organizada conforme a legislação de cada país, e possui uma contabilidade própria para fins de cumprimento da legislação local e para permitir o acompanhamento gerencial pela Administração da Entidade.



Por se tratar de filiais, os saldos contábeis das unidades no exterior da Apex-Brasil e da sua sede em Brasília são apresentados de maneira conjunta por meio de uma única demonstração.

2.10 Moeda estrangeira - Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para o Real, que é a moeda funcional da Apex-Brasil, de acordo com as taxas de câmbio nas datas das transações. Os ativos e os passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidos para Reais à taxa de câmbio apurada naquela data. As diferenças cambiais de moedas estrangeiras resultantes na conversão são reconhecidas no resultado.

As moedas correntes das unidades da Apex-Brasil no exterior são: Renmimbi Chinês (CNY) na China, Dirham (AED) nos Emirados Árabes Unidos, Dólar (USD) nos Estados Unidos da América, Peso Colombiano (COP) na Colômbia, Euro (EUR) na Bélgica, Rublo (RUB) na Rússia e Shekel (NIS) em Israel.

2.11 Novas NBC TSP aprovadas em 2020 com vigência em exercícios futuros.

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) publicou 3 (três) novas Normas Brasileiras de Contabilidade – Técnica do Setor Público (NBC TSPs) conforme quadro abaixo:

NBC	Nome da Norma	Referência IFAC	Vigência	Impacto esperado
NBC TSP 27	Informações por Segmento	IPSAS 18	A partir de 1º de janeiro de 2022	Sem impacto
NBC TSP 28	Divulgação de Informação Financeira do Setor Governo Geral	IPSAS 22	A partir de 1º de janeiro de 2022	Sem impacto
NBC TSP 29	Benefícios Sociais	IPSAS 42	A partir de 01/01/2024	Em avaliação

3 Principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração das Demonstrações Contábeis estão definidas a seguir. As políticas foram aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas Demonstrações contábeis, a menos quando divulgado de forma diversa.

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os saldos de caixa, de depósitos bancários em contas correntes no Brasil e no exterior, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor quando da sua realização, e são utilizados no cumprimento das obrigações de curto prazo. Parte dos recursos são mantidos em moeda estrangeira e são convertidos à cotação oficial divulgada pelo Banco Central do Brasil ao final de cada mês.



3.2 Aplicações financeiras

São investimentos realizados pela Apex-Brasil em Fundos de Investimentos que são valorizados com base no valor da cota informada pela CVM do último dia do mês, multiplicada pela quantidade de cotas pertencentes à Entidade.

3.3 Créditos a receber

Está demonstrado pelos valores a receber de Receitas sem contraprestação e com contraprestação, estas deduzidas de estimativa de perdas que poderão ocorrer por não recebimento, constituída para todos os créditos vencidos na data-base de cada Balanço Patrimonial, montante este considerado como suficiente pela Administração para cobrir as Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa.

3.4 Direitos de uso de arrendamento e Arrendamentos a pagar

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2.3, na ausência de uma norma contábil específica para o serviço público referente a Arrendamentos, a Apex-Brasil adotou o CPC 06 (R2), equivalente ao IFRS 16, aplicável às entidades privadas. Existe previsão de publicação de uma norma de arrendamentos, porém o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) não possui calendário nem informações oficiais acerca de publicações desse tema.

A Apex-Brasil reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e, subsequentemente, pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas mensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente dos contratos.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de juros incremental no arrendamento, que é definida como a taxa equivalente ao que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar.

Ao mensurar os passivos de arrendamento, a Apex-Brasil descontou os pagamentos do arrendamento utilizando a sua taxa incremental de empréstimo, sendo:

- 11,4% a.a. para o arrendamento relacionado à sede da Apex-Brasil;
- 4,2% a.a. para o arrendamento relacionado ao escritório do EA Miami; e
- 2,0% a.a. para o arrendamento relacionado ao escritório do EA Bruxelas.

3.5 Imobilizado e intangível

i) Reconhecimento e mensuração

Os itens do imobilizado são inicialmente reconhecidos ao custo histórico de aquisição ou construção deduzido da depreciação acumulada.



ii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear a débito do resultado do exercício baseado na vida útil econômica dos bens. Os períodos de vida útil econômica indicados são calculados pelo tempo estimado em que a empresa se beneficiará dos recursos imobilizados. O mesmo tratamento pode ser observado nos bens registrados nos escritórios da Apex-Brasil no exterior.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

Descrição	Vida útil
Móveis e utensílios	10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Instalações	10 anos
Veículos	5 anos
Equipamentos de informática	5 anos

iii) Intangível - Software

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de cinco anos.

Os custos associados à manutenção dos softwares são reconhecidos como despesas, conforme incorridos.

3.6 **Outros ativos circulantes e não circulantes**

Os outros ativos e passivos estão apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos até a data do balanço, deduzidos por provisão para perdas e/ou ajuste a valor presente, quando aplicável.

3.7 **Provisão para riscos tributários e trabalhistas**

As provisões são reconhecidas apenas quando: (i) existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de evento passado; (ii) que seja provável; (iii) que para a solução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos; e (iv) o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são constituídas, revistas e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa nas datas das demonstrações contábeis. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos necessários para liquidar uma obrigação, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação.



O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuados de acordo com os critérios da NBC TSP 03 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e consideram as premissas definidas pela Administração da Entidade e seus assessores jurídicos (Nota Explicativa nº 14).

3.8 Outros passivos circulantes e não circulantes

As outras obrigações são demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, das variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

3.9 Receita sem contraprestação com contribuição social líquida

São relacionadas às transferências de recursos, sistêmicas e periódicas, feitas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB), conforme previsão legal contida na Lei nº 8.029/1990. O reconhecimento dos valores nas contas de resultado ocorre conforme o regime de competência e se dá quando da vinculação mensal do repasse pelo órgão de origem, mediante a informação oficial mensal da RFB. O crédito efetivo, por meio de ordem de pagamento da receita com contribuições, ocorre no mês subsequente ao da competência.

3.10 Receita com contraprestação de serviço e outras receitas

As receitas com contraprestação de serviço e outras receitas são compostas substancialmente de receitas de prestação de serviços nacionais e de receitas das unidades no exterior e são registradas pelo regime de competência.

As receitas com contraprestação de serviços são oriundas de serviços customizados a partir dos produtos da Apex-Brasil para as empresas que pretendem atuar no mercado internacional, destacando-se a participação de instituições brasileiras em estande e/ou pavilhão organizado pela Apex-Brasil em feiras internacionais.

As receitas das unidades no exterior são oriundas de serviços de apoio à internacionalização para viabilizar a inserção definitiva de empresas brasileiras em mercados externos. A Entidade presta assessoria para o planejamento do processo de internacionalização, para o estabelecimento de escritórios locais, parcerias com distribuidores e auxílio na abertura de empresas, além de elaborar e fornecer estudos de mercado customizados.



4 Caixa e equivalentes de caixa

A posição de caixa e equivalentes de caixa é a seguinte:

Descrição		31/03/2021	31/12/2020
Fundo fixo de caixa		25	19
Depósitos bancários - Nacional		94	257
Depósitos bancários - Exterior - EAs	(i)	5.230	5.013
Depósitos bancários - Exterior - Matriz	(ii)	77.193	70.895
Total		82.542	76.184

- (i) Referem-se a disponibilidades bancárias das unidades da Apex-Brasil no exterior mantidas para suportar as despesas mensais de manutenção e de promoção das exportações em cada uma das localidades.
- (ii) A partir de 2020, objetivando reduzir a exposição cambial de compromissos firmados, incluindo despesas do Projeto Expo Dubai e custos dos escritórios da Apex-Brasil no exterior, a Apex-Brasil abriu uma conta no Banco do Brasil na agência em Nova York – Estados Unidos da América. O saldo disponível em 31 de março de 2021 é equivalente a USD 13.549, que visa ao cumprimento de obrigações contratadas em moeda estrangeira.

5 Aplicações financeiras

A Apex-Brasil concentra parte substancial de sua disponibilidade financeira em dois Fundos de Investimentos exclusivos, sendo um gerido pela Caixa Econômica Federal, denominado “Fundo de Investimento Exclusivo Caixa Apex-Brasil Renda Fixa”, e outro, administrado pelo Banco do Brasil DTVM, denominado “BB ABRC Fundo de Investimento Exclusivo Longo Prazo”.

O detalhamento das Aplicações financeiras é como segue:

Descrição		31/03/2021	31/12/2020
Fundo de Investimento Exclusivo - Caixa Econômica Federal	(i)	135.539	122.838
Fundo de Investimento Exclusivo - Banco do Brasil	(ii)	487.984	399.475
Fundos de Investimento - Capital de Giro	(iii)	2.597	2.538
Total		626.120	524.851

Segregado em:

Circulante		460.685	374.104
Não Circulante		165.435	150.747
		626.120	524.851

- (i) Fundo de Investimento Exclusivo denominado “Fundo de Investimento Exclusivo Caixa Apex-Brasil Renda Fixa” é um fundo de investimento, com prazo indeterminado de duração, e destina-se a receber aplicações da Apex-Brasil, investidor qualificado na forma do regulamento disponível no site da Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Um detalhamento dos ativos e passivos do Fundo é demonstrado na Nota Explicativa 5.1 a).
- (ii) Fundo de Investimento Exclusivo denominado “BB ABRC Fundo de Investimento Exclusivo Longo Prazo” é um fundo de investimento, com prazo indeterminado de duração, e destina-se a receber aplicações da Apex-Brasil,



investidor qualificado na forma do regulamento disponível no site da Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Um detalhamento dos ativos e passivos do Fundo é demonstrado na Nota Explicativa nº 5.1 b).

- (iii) Fundos de Investimentos não exclusivos destinados à manutenção do capital de giro, com saldo definido de acordo com a análise do fluxo de caixa, histórico e mensal, das despesas correntes de manutenção administrativa e projeção do fluxo de caixa das despesas com promoção de exportação, relacionadas aos convênios estabelecidos pela Apex-Brasil. Os saldos estão aplicados em Fundos de Investimentos administrados pelo Banco do Brasil.

5.1 Fundos de investimentos exclusivos da Apex-Brasil

Os ativos financeiros pertencentes a cada fundo de investimento podem ser classificados como “Valor justo por meio do resultado” ou “Custo amortizado”. Sendo “Custo amortizado”, os ativos são registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos de forma *pro rata die* até a data de encerramento do balanço. Para os ativos classificados por “Valor justo por meio do resultado”, além da prática mencionada anteriormente, ainda são ajustados ao valor provável de realização na data do balanço, conforme a metodologia da curva de juros de mercado com base na ETTJ – Estrutura a Termo da Taxa de Juros, divulgada pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capital - ANBIMA.

Abaixo, é apresentada a composição da carteira de cada fundo de investimento exclusivo em 31 de março de 2021 e de 31 de dezembro de 2020, considerando a classificação dos ativos e o seu prazo de vencimento.

a) Fundo de Investimento Exclusivo Caixa Apex-Brasil Renda Fixa (ApexPort)

	Quantidade	Valor	Vencimento 2021	Vencimento de 2022 a 2026	Saldos em	
					31.03.2021	31.12.2020
Caixa e equivalentes	-	11	11	-	11	11
Operações compromissadas - Notas do Tesouro Nacional Série F (NTN-F)	98	83.380	-	83.380	83.380	74.475
	98	83.391	11	83.380	83.391	74.486
Títulos e valores mobiliários de renda fixa - Valor justo por meio de resultado						
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	4.850	52.155	-	52.155	52.155	46.602
Notas do Tesouro Nacional (NTN-B)	-	-	-	-	-	1.760
	4.850	52.155	-	52.155	52.155	48.362
Total do ativo		135.546	11	135.535	135.546	122.848
Valores a pagar	-	(8)	(8)	-	(8)	(10)
Valor do Fundo de Investimento em 31/12/2020		135.538			135.538	122.838
				Segregado em:		
				Não circulante	135.539	122.838
					135.539	122.838

A partir de 2017, a Administração da Apex-Brasil optou, conservadoramente, por destinar parte da sua disponibilidade de recursos para constituir uma reserva financeira, visando fazer frente a um eventual desembolso de caixa para quitação da obrigação referente ao processo judicial em que se discute o percentual da taxa de administração cobrada pela Receita Federal do Brasil, apresentada na Nota Explicativa nº 14. A partir de 2020, baseado no Plano de Investimentos aprovado pelo Conselho Deliberativo, a Apex-Brasil reclassificou o saldo deste fundo integralmente para o Ativo não circulante. Em função disso, o saldo desta aplicação financeira tem o objetivo de evidenciar a intenção da Administração de separar tais recursos de suas operações, caso eventual desembolso seja necessário.



A rentabilidade do “Fundo de Investimento Exclusivo Caixa Apex-Brasil Renda Fixa” no trimestre findo em março de 2021 foi de 0,43%, representando 98,08% do CDI (rentabilidade de 1,45% no mesmo período de 2020, representando 143,09% do CDI).

b) BB ABRC Fundo de Investimento Exclusivo Longo Prazo (ABRC)

	Quantidade	Valor	Vencimento em 2021	Vencimento de 2022 a 2026	Saldos em	
					31.03.2021	31.12.2020
Caixa e equivalentes	-	13	13	-	13	14
Operações compromissadas - Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	298.446	318.327	318.327	-	318.327	254.885
	298.446	318.340	318.340	-	318.340	254.899
Títulos e valores mobiliários de renda fixa - Valor justo por meio de resultado						
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	11.684	125.105	-	125.105	125.105	102.323
	11.684	125.105	-	125.105	125.105	102.323
Títulos e valores mobiliários de renda fixa - Custo amortizado						
Notas do Tesouro Nacional (NTN-F)	10.000	10.249	-	10.249	10.249	10.505
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	25.000	23.180	14.660	8.520	23.180	22.713
Letras Financeiras (LF)	77	11.126	-	11.126	11.126	7.044
DPGE	-	-	-	-	-	2.006
	35.077	44.555	14.660	29.895	44.555	42.268
Total do ativo		488.000	333.000	155.000	488.000	399.490
Valores a pagar	-	(16)	(16)	-	(16)	(15)
Valor do Fundo de Investimento em 31/12/2020		487.984	332.984	155.000	487.984	399.475
				Segregado em:		
				Circulante	458.088	371.566
				Não circulante	29.896	27.909
					487.984	399.475

A Apex-Brasil criou o “Fundo Exclusivo BB ABRC” com o objetivo de alocar investimentos para serem classificados substancialmente na categoria de “Custo Amortizado”. Com isso, a Apex-Brasil reduz possíveis oscilações do valor justo dos investimentos, caso eles estivessem classificados como “Valor justo por meio do resultado”.

Diferentemente do fundo administrado pela Caixa Econômica Federal, em que a Administração da Apex-Brasil fez a segregação do seu saldo entre Circulante e Não circulante, baseado na sua intenção de constituir reserva financeira para provisão no passivo, a segregação do “Fundo Exclusivo BB ABRC” se deu baseada no montante de títulos classificados na categoria de “Custo amortizado” e que possuem vencimento superior a 12 (doze) meses a partir da atual data-base.

O Orçamento-Programa 2021 da Apex-Brasil, aprovado pelo Conselho Deliberativo (CDA) disponível no Portal da Transparência da Agência, destina aproximadamente 66% do saldo deste Fundo, ao final do exercício, à Reserva de Contingência e às despesas do projeto Expo Dubai 2021-2022. O saldo remanescente, por meio do orçamento-programa, foi alocado para ações finalísticas em alinhamento com o Plano Estratégico 2021-2023.

A rentabilidade do “Fundo Exclusivo BB ABRC” no trimestre findo em março de 2021 foi de 0,59%, representando 118,34% do CDI (rentabilidade de 1,12% no mesmo período de 2020, representando 110,26% do CDI).



6 Créditos a receber

Descrição		31/03/2021	31/12/2020
Arrecadação do repasse da SRFB - Lei nº 8.029/1990	(i)	40.460	72.006
Contas a receber de exposições e outros	(ii)	2.321	858
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa		(262)	(263)
Total		42.519	72.601

- (i) O repasse da Contribuição Social Ordinária, detalhado na Nota Explicativa nº 16, foi integralmente recebido no mês subsequente. A redução do valor desta conta decorre do fato de o saldo em 31 de dezembro de 2020 incluir a parcela do mês de dezembro mais a parcela relativa ao 13º. Salário.
- (ii) O saldo de contas a receber é caracterizado, preponderantemente, por ressarcimento de valores de passagens e hospedagens canceladas no Brasil e no exterior e por créditos provenientes de venda de espaços em feiras e eventos no exterior.

7 Adiantamentos concedidos

Descrição		31/03/2021	31/12/2020
Adiantamentos para convênios e projetos	(i)	5.310	14.257
Adiantamento para empregados	(ii)	2.812	792
Adiantamento para terceiros	(iii)	5.649	5.637
Total		13.836	20.686

- (i) Adiantamentos para convênios e projetos: São recursos financeiros repassados aos convênios pela Apex-Brasil e ainda não utilizados pelo conveniente até cada uma das datas-bases acima. Os adiantamentos concedidos para os convenientes e projetos são realizados baseados na projeção de realização das despesas mensais apuradas, de acordo com a execução financeira de cada projeto e/ou convênio. Os saldos repassados às entidades são mantidos como ativo da Apex-Brasil até sua execução ou devolução dos recursos. A baixa do saldo da conta contábil de adiantamento ocorre à medida que os valores são utilizados no objeto conveniado. A redução observada decorre de menor repasse de recursos aos convênios, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.5, e em linha com a redução das despesas em 2021, conforme Nota Explicativa nº 18.

As efetivações das utilizações desse recurso ocorrem pelo regime de competência, pois as despesas com convênios devem ser reconhecidas à medida que os projetos são executados pelas convenientes, ou seja, durante o tempo incorrido na execução dos projetos; e não quando do desembolso financeiro feito pela Apex-Brasil, pois nesse momento se configuram como adiantamentos. As movimentações desses adiantamentos estão apresentadas na tabela abaixo:

Descrição	31/03/2021	31/12/2020
Adiantamento para convênios e projetos		
Saldo inicial	14.257	16.474
(+) Repasses efetuados	14.038	67.986
(-) Devoluções de convênios	(7.054)	(2.626)
(-) Execução pelas convenientes	(15.931)	(67.577)
Saldo final	5.310	14.257



O grande volume de devoluções de convênios no primeiro trimestre foi motivado substancialmente pela devolução de R\$ 5.336 do convênio com a entidade ABIROCHAS pelo cancelamento de ações de participação em grandes eventos internacionais, cancelados devido à pandemia.

- (ii) Adiantamentos para empregados: São adiantamentos feitos aos empregados da Apex-Brasil, na forma de adiantamento de férias e para viagens.
- (iii) Adiantamento para terceiros: O saldo refere-se substancialmente a créditos da Apex-Brasil com entidades organizadoras de eventos sobre espaços de feiras canceladas, sendo que estes créditos serão utilizados em eventos futuros.

8 Depósitos judiciais e garantias

Descrição		31/3/2021	31/12/2020
Depósitos de INSS sobre 1/3 de férias	(i)	3.089	2.955
Depósitos e cauções em geral		845	845
Depósitos de processos trabalhistas		391	366
	Total	4.325	4.166

- (i) Contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias (patronal), que foi depositada em juízo até o final do exercício de 2020, em razão de ação com pedido de liminar para renovação de certidão de regularidade fiscal. O Processo nº 0014583-58.2010.4.01.3400 (Mandado de Segurança) será submetido a novo julgamento pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, para se adequar ao entendimento firmado pelo STF no RE 1.072.485/PR, confirmando a incidência tributária sobre a parcela discutida, com expectativa de perda provável, momento que os depósitos realizados pela Agência serão revertidos à União Federal. Esse entendimento também tem efeitos na constituição de Provisão para contingências, conforme Nota Explicativa nº 14.

9 Direitos em Uso de Arrendamento

Descrição		31/03/2021	31/12/2020
Direitos em Uso de Arrendamento		28.909	28.345
(-) Amortização		(10.633)	(9.082)
	Total	18.276	19.263

A movimentação do direito de uso por contrato de arrendamento para o trimestre findo em 31 de março de 2021 e para o exercício de 2020 foi a seguinte:



	Sede	EA Miami	EA Bruxelas	TOTAL
Saldo em 31/12/2019	15.201	1.434	1.195	17.830
(+) Adição de contratos (i)	-	7.412	-	7.412
(-) Depreciação	(4.429)	(1.665)	(342)	(6.436)
(+/-) Variação cambial líquida	-	(65)	522	457
Saldo em 31/12/2020	10.772	7.116	1.375	19.263
(-) Depreciação	(1.042)	(387)	(80)	(1.509)
(+/-) Variação cambial líquida	-	454	68	522
Saldo em 31/03/2021	9.730	7.183	1.363	18.276

(i) Adições de contratos: Em dezembro de 2020 ocorreu a renovação do contrato de locação do imóvel de Miami, por 40 (quarenta) meses até março de 2024.

10 Imobilizado e Intangível

A movimentação do custo do imobilizado e do intangível no exercício de 2019 e 2020 pode ser assim demonstrada:

a) Imobilizado

	31/12/2019	Adições	Baixas	31/12/2020	Adições	Baixas (ii)	31/03/2021
Custo							
Equipamentos de informática	9.641	124	(618)	9.147	100	(1.431)	7.816
Móveis e utensílios	3.787	224	(63)	3.948	153	(210)	3.891
Instalações	26	-	(10)	16	-	(2)	14
Máquinas e equipamentos	384	24	(35)	373	-	(33)	340
Veículos	-	-	-	-	-	-	-
Obras de arte	52	-	-	52	-	-	52
	13.890	372	(726)	13.536	253	(1.676)	12.113
Depreciação							
Equipamentos de informática	(6.199)	(815)	275	(6.739)	(401)	1.360	(5.780)
Móveis e utensílios	(3.155)	(244)	31	(3.368)	(151)	73	(3.446)
Instalações	(26)	-	10	(16)	-	3	(13)
Máquinas e equipamentos	(282)	(17)	32	(267)	(15)	23	(259)
Veículos	-	-	-	-	-	-	-
	(9.662)	(1.076)	348	(10.390)	(567)	1.459	(9.498)
Total do imobilizado	4.228	(704)	(378)	3.146	(314)	(217)	2.615

(i) As baixas apresentadas decorrem do resultado do inventário patrimonial de 2019 e 2020 e efetivado no sistema em 2021.



b) Intangível

	31/12/2019	Adições	Baixas	31/12/2020	Adições	Baixas (ii)	31/03/2021
Custo							
Softwares	8.140	230	(3.959)	4.411	-	(2)	4.409
Direito de uso	28	-	(2)	26	-	(26)	-
	8.168	230	(3.961)	4.437	-	(28)	4.409
Amortização							
Softwares	(6.318)	(423)	3.680	(3.061)	(178)	-	(3.239)
Marcas e patentes	(11)	-	1	(10)	-	10	-
	(6.329)	(423)	3.681	(3.071)	(178)	10	(3.239)
Total do intangível	1.839	(193)	(280)	1.366	(178)	(18)	1.170

11 Obrigações trabalhistas e sociais

Descrição	31/03/2021	31/12/2020
Provisões de férias e encargos	10.308	10.083
Provisão de descanso anual e gratificação anual	227	223
Remuneração e benefícios a pagar	1.132	1.525
Encargos sociais	2.489	3.487
Total	15.457	15.318

12 Contas a pagar e fornecedores

Descrição	31/03/2021	31/12/2020
Fornecedores nacionais	2.716	3.279
Fornecedores estrangeiros	163	361
Depósitos e cauções de licitações	492	472
Fornecedores de viagens	46	-
Demais contas a pagar	320	250
Total	3.737	4.362

13 Arrendamentos a pagar

A movimentação do passivo a pagar no trimestre findo em 31 de março de 2021 e no exercício de 2020, segregado por contrato, pode ser apresentada como segue:



	Sede	EA Miami	EA Bruxelas	TOTAL
Moeda	BRL	USD	EUR	
Taxa de juros (a.a.)	11,4%	3,5% até nov/20 4,2% dez/20	2,0%	
Saldo em 31/12/2019	16.381	1.626	1.184	19.191
(+) Adição de contratos	(i) -	7.412	-	7.412
(+) Juros	2.168	39	8	2.215
(-) Pagamentos	(5.855)	(2.355)	(308)	(8.518)
(+/-) Variação cambial líquida	-	576	466	1.042
Saldo em 31/12/2020	12.694	7.298	1.350	21.342
(+) Juros	458	-	3	461
(-) Pagamentos	(1.418)	-	(19)	(1.437)
(+/-) Variação cambial líquida	-	469	-	469
Saldo em 31/03/2021	11.734	7.767	1.334	20.835

Segregado em:
Passivo Circulante 6.785
Passivo Não circulante 14.050
Total 20.835

(i) Adições de contratos: Em dezembro de 2020 ocorreu a renovação do contrato de locação do imóvel de Miami, por 40 (quarenta) meses, até março de 2024.

Os pagamentos futuros de contraprestações dos contratos de arrendamento direito de uso estão detalhados a seguir:

Ano	Sede	EA Miami	EA Bruxelas	TOTAL
2021	4.488	1.966	244	6.698
2022	6.022	2.815	342	9.179
2023	3.452	2.185	342	5.979
2024	-	1.462	324	1.786
2025	-	-	198	198
Total de pagamentos	13.962	8.428	1.450	23.840
(-) Total de juros	(2.228)	(661)	(116)	(3.005)
Saldo em 31/03/2021	11.734	7.767	1.334	20.835

14 Provisão para riscos tributários e trabalhistas

A composição relativa a perdas classificadas como prováveis em 31 de março de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 é apresentada a seguir:



Descrição		31/03/2021	31/12/2020
Provisão taxa de administração RFB	(i)	129.186	126.221
Provisão para contingências trabalhistas de risco provável	(ii)	7.061	6.864
Provisão para INSS sobre 1/3 de férias	(iii)	3.031	2.955
Provisão para contingências tributárias de risco provável		154	154
Provisão para contingências cíveis		64	63
Total		139.496	136.257

- (i) Trata-se de taxa de administração cobrada pela Receita Federal do Brasil (RFB) para o Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização - FUNDAF. O ponto central discutido no mandado de segurança impetrado pela Apex-Brasil decorre do fato de a Receita Federal do Brasil – RFB ter definido como devida a taxa de 3,5% sobre os valores repassados por ela à Apex-Brasil a partir de maio de 2007. A Apex-Brasil obteve decisão liminar favorável em 1º grau em Mandado de Segurança (Processo nº 0035094-38.2014.4.01.3400 – 9ª Vara Federal) por ela impetrado em face da RFB, que determinou que a taxa devida a ser paga pela Apex-Brasil seria de 1,5% sobre os valores repassados a partir de maio de 2007. Adicionalmente, em 4 de dezembro de 2017, a Apex-Brasil obteve sentença favorável, determinando a prescrição dos valores cobrados pela Receita Federal relativos ao período anterior até março de 2009. Resumindo, até o momento a sentença de 1º grau favorável à Apex-Brasil e a decisão liminar definiram que a taxa de administração é de 1,5%, devida a partir de abril de 2009, o que vem sendo retido pela RFB. Tendo em vista decisão contrária em relação ao percentual devido em outros processos judiciais congêneres (ABDI e SEBRAE), decidiu a Apex-Brasil, conservadoramente, provisionar a diferença de 2% como um passivo a longo prazo que, em 31 de março de 2021 totaliza R\$ 129.186 (R\$ 126.221 em 31 de dezembro de 2020). Os advogados da Apex-Brasil entendem que a possibilidade de perda é provável, por esta razão, foi constituída uma provisão para perdas, em conformidade com as normas contábeis previstas na NBC TSP 03 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Conservadoramente, e conforme descrito na Nota Explicativa nº 5, a Apex-Brasil passou a constituir uma reserva orçamentária que corresponde ao valor total do Fundo de Investimento Exclusivo Caixa Apex-Brasil Renda Fixa, que totaliza R\$ 135.539 em 31 de março de 2021 (R\$ 122.838 em 31 de dezembro de 2020), para fazer face a eventual decisão desfavorável em instâncias superiores, caso venham a ocorrer.

- (ii) Processos de natureza trabalhista classificados com probabilidade de perda provável, envolvendo, em grande parte, pedidos cujas decisões dominantes em processos congêneres têm sido desfavoráveis às teses de defesa da Apex-Brasil; quanto aos pedidos de reintegração, o entendimento atual do Tribunal Superior do Trabalho tem sido favorável à tese defendida pela Apex-Brasil.
- (iii) Houve constituição de provisão de perda provável para a contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias (patronal), para se adequar ao entendimento firmado pelo STF no RE 1.072.485/PR, confirmando a incidência tributária sobre a parcela discutida. O valor provisionado encontra-se integralmente depositado judicialmente, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 8.

14.1 Contingências passivas classificadas como possíveis

A Apex-Brasil é parte em processos judiciais, cuja probabilidade de perda é avaliada trimestralmente pela sua área jurídica. Aqueles processos classificados com probabilidade de perda “possível”, não têm provisão reconhecida nas demonstrações contábeis, em conformidade com as normas contábeis contidas na NBC TSP 03 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e consideram as premissas definidas pela Administração da Entidade e seus assessores jurídicos.



Nos processos de natureza trabalhista, a Apex-Brasil responde a 11 reclamações que são classificadas com Contingência Provável, nas quais se postulam supostos direitos a horas extras, equiparação salarial, reintegração etc., e cujo risco estimado é de R\$ 7.061, em 31 de março de 2021 (R\$ 6.864 em 31 de dezembro de 2020), que se encontra devidamente provisionado nas Demonstrações Contábeis. Igualmente, a Apex-Brasil é demandada em 15 reclamações que são classificadas com Contingência Possível, totalizando o valor de R\$ 17.798.

Destaca-se que, na busca de maior acuracidade e transparência nos valores demonstrados, nos processos que possuam pedidos cuja avaliação de perda seja “provável” e, no mesmo processo haja outros pedidos cuja avaliação da probabilidade de perda seja apenas “possível”, procedeu-se o desmembramento do valor total estimado do processo de forma a reconhecer ambas as avaliações, de acordo com o status particular de cada parcela.

Por fim, nos processos de natureza cível há duas ações de cobrança em que é provável que a Apex-Brasil não logre êxito na demanda, arcando com os ônus de sucumbência, com valores imateriais ou irrelevantes.

14.2 Processos de natureza tributária em que a Apex-Brasil é relacionada como parte passiva, juntamente com a União e outras entidades do “Sistema S”

A Apex-Brasil é relacionada na parte passiva, juntamente com a União e outras entidades do “Sistema S”, em sede de mandados de segurança e ações ordinárias, em ações que discutem a constitucionalidade das contribuições destinadas à Agência, ou a discussão da base de cálculo de tais contribuições. Ressalta-se que tais ações não geram o monitoramento de “perda contábil”, na medida em que a 1ª Seção do STJ (REsp 1.619.954) unificou tese de que os serviços sociais autônomos não possuem legitimidade para figurar em ações de repetição de indébito. Não obstante, qualquer outro efeito de eventual decisão desfavorável teria efeito prospectivo. Apresentamos a seguir as discussões envolvendo a contribuição recebida pela Apex-Brasil:

a) Constitucionalidade das contribuições ao “Sistema S”

Com relação ao primeiro grande objeto de discussão (constitucionalidade das contribuições), no dia 23 de setembro de 2020, o STF julgou constitucional as contribuições destinadas a Apex-Brasil e fixou tese de que: "As contribuições devidas ao SEBRAE, à APEX e à ABDI com fundamento na Lei nº 8.029/1990 foram recepcionadas pela EC 33/2001" (RE 603.624). Considerando que o STF reconheceu a repercussão geral da questão constitucional suscitada e que a referida decisão transitou em julgado, tal entendimento tem sido aplicado a todos os processos similares que tramitam em outras instâncias. Importante destacar que após a decisão do STF temos observado um decréscimo relevante das ações sobre a mesma matéria.

b) Determinação da base de cálculo das contribuições

Em agosto de 2020, em função de uma decisão de uma turma do STJ, voltou à tona a discussão acerca da limitação da base de cálculo das contribuições de terceiros, incluindo entidades constituídas sob a forma de Serviço Social Autônomo, como é o caso da Apex-Brasil. Essa discussão



jurídica exsurge de uma lei de 1981, que limitou a base de cálculo das contribuições previdenciárias e das contribuições de terceiros (Sistema S, dentre outras). No entanto, em 1986, um Decreto-Lei revogou a limitação para as contribuições previdenciárias. A discussão gira em torno do fato do referido Decreto-Lei ter também revogado ou não o limite para as contribuições de terceiros, o que afeta diretamente as receitas de todos os Serviços Sociais Autônomos (Sesi, Senai, Sesc, Senac, Apex-Brasil, Sebrae etc.).

Após decisões em primeira e segunda instâncias majoritariamente favoráveis ao Sistema S, uma das ações chegou ao STJ, em forma de Recurso Especial, sendo acolhido por uma das turmas daquela Corte os argumentos dos contribuintes, ou seja, pela limitação da base de cálculo aos 20 salários-mínimos, porém, apenas com efeito interpartes, mais especificamente as contribuições para o salário-educação, Incra, Divisão de Portos e Canais e Fundo Aeroviário. Diante do aumento de demandas e recursos congêneres, na última sessão de 2020, a 1ª Seção do STJ determinou a afetação de dois Recursos Especiais relativos ao mesmo tema, à sistemática de recursos repetitivos. Assim, restaram suspensos todos os processos que versam sobre este mérito, em todas as instâncias em âmbito nacional. Ao final do julgamento realizado pela 1ª Seção do STJ, a sua decisão deverá ser aplicada em todos os demais processos. O processo encontra-se atualmente concluso para julgamento da Min. Relatora, Regina Helena e a Agência já requereu, a exemplo de outras entidades do sistema S, o seu ingresso na lide na condição de *amicus curiae* a fim de acompanhar o processo com maior proximidade.

O resultado do referido julgamento comporta 3 hipóteses:

- (i) A primeira é que seja reconhecido que o Decreto-Lei nº 2.318/1986 efetivamente revogou a limitação trazida pela Lei nº 6.950/1981. Nessa hipótese, não há consequências para a receita futura da Apex-Brasil;
- (ii) A segunda hipótese, intermediária, seria que seja reconhecida a aplicação, porém, que a mesma se dê no cálculo individualizado de cada colaborador e não para a empresa como um todo, na composição da folha de pagamento (base de cálculo para as contribuições da Agência). Nesta hipótese, há um impacto financeiro para as contribuições da Apex-Brasil ainda não calculado, porém, tende a não afetar significativamente as atividades da Agência; e
- (iii) A terceira hipótese, seria o reconhecimento que toda a base de cálculo de uma empresa estaria limitada a 20 salários-mínimos. Nesta hipótese, haveria, de fato, impacto substancial nas receitas futuras da Apex-Brasil. A assessoria Jurídica da Apex-Brasil não considera provável esta hipótese, pois a decisão estaria em confronto com diversos princípios do direito tributário, tais como, da capacidade contributiva e mesmo da igualdade, visto dar tratamento “igual” a entes contributivos totalmente desiguais.

De forma idêntica à já mencionada, tais ações também não geram o monitoramento de “perda contábil”, na medida em que a 1ª Seção do STJ (REsp 1.619.954) unificou tese de que os serviços sociais autônomos não possuem legitimidade para figurar em ações de repetição de indébito, e, ainda, que qualquer decisão desfavorável teria apenas efeito prospectivo.



15 Patrimônio social

O patrimônio social, em 31 de março de 2021, é de R\$ 611.125, composto pelo superávit acumulado de R\$ 544.755 até 31 de dezembro de 2020, e pelo superávit do 1º trimestre de 2021 de R\$ 66.370, que será incorporado ao patrimônio social posteriormente ao encerramento do exercício.

16 Receitas com contribuição social líquida sem contraprestação

As receitas são demonstradas conforme a NBC TSP 01 – Receita de Transação sem Contraprestação e NBC TSP 02 – Receita de Transação com Contraprestação.

As receitas com contribuição social líquida sem contraprestação são relacionadas às transferências de recursos, sistêmicas e periódicas, feitas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB), conforme previsão legal contida na Lei nº 8.029/1990. O reconhecimento dos valores nas contas de resultado ocorre conforme o regime de competência e se dá quando da vinculação mensal do repasse pelo órgão de origem, mediante a informação oficial mensal da RFB. O crédito efetivo, por meio de ordem de pagamento da receita com contribuições, ocorre no mês subsequente ao da competência. Esta receita pode ser assim demonstrada:

Descrição		31/03/2021	31/03/2020
Contribuição sem contraprestação destinada à ApexBrasil pela Lei nº 8.029/1990	(i)	126.906	122.945
Taxa administrativa - SRFB	(ii)	(1.904)	(1.844)
Total		125.002	121.101

(i) A contribuição sem contraprestação destinada à Apex-Brasil pela Lei nº 8.029/1990 constitui basicamente a receita da Apex-Brasil. De natureza tributária, definida por lei como adicional às alíquotas de contribuição social, é arrecadada e repassada mensalmente pela SRFB. Apesar de não haver variação significativa dos repasses nos períodos, a Nota Explicativa nº 1.5 apresenta que não é possível mensurar o quanto as medidas econômicas adotadas pelo Governo Federal poderão impactar a CSO.

(ii) A Taxa de Administração sobre a arrecadação é descontada pela RFB ao repassar os recursos destinados à Apex-Brasil.

A seguir estão sendo apresentados os valores mensais de Contribuição Social Ordinária (CSO), apurados nos períodos de 2021 e de 2020:

Descrição		31/03/2021	31/03/2020
Janeiro		42.331	42.133
Fevereiro		43.499	40.876
Março		41.076	39.936
Taxa administrativa - SRFB		(1.904)	(1.844)
Total		125.002	121.101



17 Receitas de serviços com contraprestação e outras receitas

As receitas de promoção de exportação são compostas substancialmente de receitas de prestação de serviços nacionais e de receitas das unidades no exterior e são registradas pelo regime de competência.

As receitas de prestação de serviços nacionais são consideradas receitas com contraprestação porque a Apex-Brasil vende serviços customizados para as empresas que pretendem atuar no mercado internacional, destacando-se a participação de instituições brasileiras em estande e/ou pavilhão organizado pela Apex-Brasil em feiras internacionais.

As receitas das unidades no exterior são oriundas também com contraprestação porque são vendidos serviços de apoio à internacionalização para viabilizar a inserção definitiva de empresas brasileiras em mercados externos. A Entidade presta assessoria para o planejamento do processo de internacionalização, para o estabelecimento de escritórios locais, parcerias com distribuidores e auxílio na abertura de empresas, além de elaborar e fornecer estudos de mercado customizados.

A composição destas receitas é assim apresentada:

Descrição		31/03/2021	31/03/2020
Receitas de prestação de serviços	(i)	1.674	1.422
(-) Receitas canceladas	(i)	-	(1.285)
(-) ISS e COFINS		(161)	(137)
Receitas de prestação de serviços nos EAs		357	1.291
Total		1.870	1.291

- (i) Em 2020, a Apex-Brasil procedeu com a devolução dos recursos financeiros já pagos pelas empresas para todos os eventos cancelados e adiados, justificando o cancelamento das receitas de serviços do exercício. Em 2021, a principal feira faturada foi a Gulfood, ocorrida em fevereiro.

18 Despesas com convênios e projetos

Descrição		31/03/2021	31/03/2020
Despesas com convênios			
Despesas com Convênios e Projetos	(i)	15.931	33.691
		15.931	33.691
Despesas com projetos finalísticos	(ii)	5.683	10.889
Despesas de inteligência de mercado	(iii)	545	1.068
Total Projetos finalísticos		6.228	11.957
Total		22.159	45.648

- (i) As despesas com convênios e projetos referem-se ao desenvolvimento e à manutenção de projetos em parceria com entidades setoriais, contemplando os principais setores produtivos do Brasil, como moda, agronegócio, alimentos e bebidas, economia criativa e serviços, tecnologia e saúde, máquinas e equipamentos,



e casa e construção. A redução no período deve-se principalmente ao menor nível de adiantamentos concedidos aos convênios, conforme Nota Explicativa nº 7, em decorrência da baixa execução das ações planejadas para o ano de 2021 pelos efeitos da Covid-19, sendo que o saldo comparativo de 2020 considera ainda os meses de janeiro e fevereiro, quando houve execução normal dos convênios sem efeitos da pandemia, que foi decretada pela OMS somente em março de 2020.

- (ii) Projetos finalísticos são projetos próprios de promoção de exportações e atração de investimentos diretos vinculados a feiras, eventos e missões comerciais internacionais. A redução no período deve-se principalmente às contratações de espaços em feiras no primeiro trimestre de 2020, canceladas no decorrer do exercício passado gerando créditos, com destaque para a OTC,

19 Despesas com comunicação, marketing e propaganda

Descrição		31/03/2021	31/03/2020
Despesas com marketing e propaganda	(i)	3.478	1.491
Patrocínios	(ii)	171	-
Despesas com comunicação (jornais, revistas e periódicos)		88	52
Total		3.737	1.543

- (i) O aumento das despesas de comunicação e marketing no período deve-se à campanha institucional de posicionamento da Apex-Brasil como parceira das empresas no processo de internacionalização e às campanhas da Feira Gulfood ocorrida em fevereiro. As ações da comunicação institucional com relações públicas no exterior destacaram os eventos *Biofach*, *Invest In Brasil*, BIF 2021 entre outros.
- (ii) Patrocínio do evento BIOFUTURE SUMMIT II e BBEST 2020-21 (*Brazilian Bioenergy Science and Technology Conference*) do setor de bioenergia.

20 Despesas com pessoal, encargos e benefícios

Referem-se a despesas com salários, encargos e benefícios de pessoal efetivo, assessores e cedidos da União, e são demonstradas como segue:

Descrição		31/03/2021	31/03/2020
Despesas com pessoal		18.680	18.577
Despesas com encargos		6.013	5.457
Despesas com benefícios		5.708	5.525
Total		30.401	29.559



21 Despesas gerais e administrativas

Descrição	31/03/2021	31/03/2020
Despesas com locação de mão de obra	1.004	895
Despesas com licenças e serviços técnicos em software	1.267	1.374
Consultoria, auditoria e serviços técnicos esp. e outros	1.532	1.229
Total de despesas com serviços de terceiros	3.803	3.498
Despesas com locação de bens móveis e imóveis e estrutura	1.408	1.356
Despesas com serviços de comunicação (internet e telefone)	186	205
Despesa com materiais em geral e outras desp. oper.	162	366
Total de despesas com infraestrutura operacional	1.756	1.927
Total	5.559	5.425

22 Despesas com provisão judicial e administrativa

Descrição	31/03/2021	31/03/2020
Provisão da taxa administrativa da Receita Federal (i)	2.538	2.459
Provisões Judiciais Trabalhistas e Cíveis	199	282
Total	2.737	2.741

(i) Remete-se a presente Nota Explicativa àquela referenciada no capítulo de Provisão para riscos tributários e trabalhistas (Nota Explicativa nº 14), consignando-se que os valores apresentados na presente demonstração se referem aos valores acrescidos à provisão em razão da classificação de perda provável em relação à taxa da Receita Federal (diferença de 2% entre o cobrado pela RFB de 3,5%) e ao percentual reduzido em razão do mandado de segurança.

23 Despesas tributárias

As despesas tributárias da Apex-Brasil estão diretamente atreladas aos repasses aos EAs e aos eventos e projetos realizados pela Agência no exterior. A composição desta despesa é como segue:

Descrição	31/03/2021	31/03/2020
Imposto de renda sobre remessa para o exterior (i)	1.725	1.682
CIDE sobre remessa para o exterior	563	1.137
Impostos Municipais	-	2
Impostos e contribuições do exterior	8	9
IOF	46	374
Total	2.342	3.204



- (i) Estas despesas são oriundas de imposto de renda sobre remessas para o exterior realizadas para os escritórios e para pagamentos de serviços técnicos especializados contratados no Brasil. Em certos casos são solicitados pedidos de isenção de imposto de renda, em consonância com a Lei nº 9.841, de 13 de agosto de 1997. Nesses casos, a Apex-Brasil encaminha o pleito de isenção por meio do SISPROM.

24 Despesas de Depreciação e Amortização

Descrição	31/03/2021	31/03/2020
Depreciação	567	283
Amortização	178	107
Depreciação Direitos de Uso (Nota 10)	1.509	1.573
Total	2.254	1.963

25 Resultado financeiro líquido

Descrição	31/03/2021	31/03/2020
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras (i)	3.126	4.773
Receitas com variação cambial (ii)	7.946	3.000
(-) Deduções s/Receitas Financeiras	(228)	(417)
Total de receitas financeiras	10.844	7.356
Despesas financeiras		
Tarifas bancárias	46	37
Correção Monetária s/ provisão taxa administração	426	859
Despesas de variação cambial	756	1.673
Juros sobre direito de uso (Nota 15)	461	613
Total de despesas financeiras	1.689	3.182
Total	9.155	4.174

- (i) Referem-se aos rendimentos de aplicações financeiras e à redução da rentabilidade dos fundos no período.
- (ii) As receitas e despesas de variação cambial são resultantes das operações no exterior em outras moedas, pela sede ou filiais, incluindo saldo em bancos, direitos de uso e contas a pagar, entre outros. O resultado líquido positivo de variação cambial deve-se à valorização cambial do Real frente ao Dólar, Euro e outras moedas ocorridas em operações ao longo do exercício.

26 Benefícios pós-emprego

A Apex-Brasil é fundadora e patrocinadora do plano de benefícios ApexPrev, administrado e executado pela BB Previdência - Fundo de Pensão Banco do Brasil. O plano está estruturado na modalidade de contribuição definida, exceto pelos riscos adicionais vinculados à projeção de



contribuições em caso de invalidez ou morte, que estão asseguradas por Seguradora, sem qualquer risco para a Entidade. O plano ApexPrev foi criado em 2013 e assegura os seguintes benefícios:

- a) Benefício de Aposentadoria normal;
- b) Benefício de Aposentadoria antecipada;
- c) Benefício Decorrente da Opção pelo Benefício Proporcional Diferido;
- d) Benefício de Aposentadoria por Invalidez; e
- e) Pensão por morte.

Os benefícios de risco assegurados pela ApexPrev e cobertos através de apólice de seguradora aos seus participantes são:

- Benefício de Aposentadoria por Invalidez; e
- Pensão por morte.

O referido Plano não inclui:

- Benefícios de demissão;
- Benefícios de longo prazo, que não sejam aposentadorias e pensões; e
- Plano de assistência médica para empregados, ou participantes e assistidos.

Adicionalmente, os benefícios de risco existentes no ApexPrev estão cobertos por empresa seguradora, cuja apólice atual está vigente até 31 de julho de 2021, a qual assegura aos seus participantes a garantia de pagamento de uma projeção dos seus benefícios futuros caso ocorra um dos seguintes sinistros:

- Pensão por morte; e
- Aposentadoria por invalidez.

Tendo em vista esse seguro contratado, a Apex-Brasil exime-se dos riscos atuariais elencados na NBC TSP 15 – Benefícios a Empregados.

27 Cobertura de seguros (Não auditada)

Os bens móveis compostos por equipamentos, máquinas, móveis e utensílios e demais instalações relacionadas aos prédios administrativos, componentes do Ativo Imobilizado, conforme os critérios de riscos constantes do relatório técnico, estão cobertos por contrato de seguro para riscos nomeados contra incêndio, raio, explosão e danos elétricos.

As principais coberturas da apólice nº 18-09-611.563 vigente em 06/12/2020 a 06/12/2021 são:

- Incêndio/Raio/Explosão/Implosão acidental/Fumaça/Queda de aeronave – R\$ 4.749.831,34
- Danos Elétricos – R\$ 30.000,00
- Perda ou Pagamento de Aluguel a Terceiros – R\$ 1.365.058,62
- Quebra de vidros – R\$ 25.000,00
- Responsabilidade Civil Empregador – R\$ 200.000,00



- Responsabilidade Civil Danos Morais – R\$ 50.000,00
- Roubo e/ou subtração de Bens mediante arrombamento – R\$ 30.000,00
- Tumultos, greves e atos dolosos – R\$ 50.000,00
- Vendaval/Furacão/Ciclone/Granizo/Impacto veículos terr. – R\$ 50.000,00
- Responsabilidade Civil Estabelecimentos Comerciais – R\$ 200.000,00

28 Gestão de Riscos

A Apex-Brasil poderá estar exposta, em virtude de suas atividades, aos seguintes riscos financeiros:

- Risco de liquidez
- Risco de crédito
- Risco de mercado

Da mesma maneira que em todos os outros negócios, a Apex-Brasil está exposta aos riscos que decorrem da utilização de instrumentos financeiros. Esta Nota Explicativa descreve os objetivos, as políticas e os processos da Entidade para a gestão desses riscos e os métodos utilizados para mensurá-los. Mais informações quantitativas em relação a esses riscos são apresentadas a seguir.

Não houve nenhuma alteração substancial na exposição aos riscos de instrumentos financeiros da Apex-Brasil, seus objetivos, suas políticas e seus processos para a gestão desses riscos ou os métodos utilizados para mensurá-los a partir de períodos anteriores, a menos que especificado o contrário nesta Nota Explicativa.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Entidade na administração de liquidez é a de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade. As exigibilidades das obrigações da Apex-Brasil são registradas nas demonstrações contábeis, relevantemente no curto prazo, e não há inadimplência de pagamento de obrigações pela Apex-Brasil em 31 de março de 2021 e em 31 de dezembro de 2020. Adicionalmente, é importante mencionar a boa situação de liquidez de curto e longo prazos.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Entidade incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, consequentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros ativos. O risco de crédito para a Entidade surge, preponderantemente, das disponibilidades decorrentes de depósitos em bancos e aplicações financeiras em fundos de investimentos financeiros administrados, principalmente, pelo Banco do Brasil e Caixa Econômica



Federal. A Entidade julga que o risco de crédito é mitigado em razão da qualidade das instituições financeiras depositárias e pelo tipo de papel aplicado pelos fundos de investimentos que são representados relevantemente por títulos públicos federais. As informações referentes aos fundos, com composição das carteiras e regulamento estão apresentadas na Nota Explicativa nº 5.

Descrição	31/03/2021	31/03/2020
Caixa e equivalentes de caixa	82.542	76.184
Créditos a receber	42.519	72.601
Adiantamentos Concedidos	13.836	20.686
Direitos de Créditos	845	971

Em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a Apex-Brasil não possuía instrumentos financeiros derivativos.

Risco de mercado (taxa de juros e variação cambial)

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Entidade vir a sofrer perdas (ou ter ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas aos seus passivos e os seus ativos captados (aplicados) no mercado. Os instrumentos financeiros sujeitos ao risco de mercado estão representados, essencialmente, pelos papéis aplicados por meio de fundos de investimentos administrados pelo Banco do Brasil e pela Caixa Econômica Federal. Conforme comentado na Nota Explicativa nº 5, as aplicações por meio dos fundos de investimentos são efetuadas em títulos públicos federais, cuja volatilidade dos indexadores vinculados é baixa.

A Entidade tem operações atreladas à variação da taxa de câmbio que compreendem relevantemente os numerários mantidos em moeda estrangeira nos seus escritórios no exterior (Nota Explicativa nº 2.10) e na própria conta no exterior mantida pela Apex-Brasil no valor de USD 13.549 mil (Nota Explicativa nº 4).

Além disso, a Entidade possui o seu principal passivo, referente à provisão para taxa de administração da Receita Federal do Provisão (Nota Explicativa nº 14), corrigido pela variação da SELIC mensal.

29 Balanço Orçamentário

29.1 Execução do Orçamento da Apex-Brasil como parte das Demonstrações Contábeis

O CFC, por meio da Resolução NBC TSP 13 – Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis, publicada em 31 de outubro de 2018, estabelece que as informações orçamentárias das entidades que publicam seu orçamento aprovado, devem ser incluídas nas demonstrações contábeis.



O TCU, através do Acórdão nº 991/2019, ao avaliar o nível de transparência das entidades do “Sistema S”, recomendou que a divulgação do orçamento e das execuções trimestrais ocorressem por meio dos respectivos sítios eletrônicos, destacando:

- a. A desagregação, que deve ser nos mesmos moldes e nível dos que são encaminhados para aprovação Ministerial;
- b. o documento de aprovação Ministerial (Portaria); e
- c. as demonstrações contábeis, elaboradas de acordo com a NBC-T 16.6 (atual NBC TSP 11 – Apresentação das Demonstrações Contábeis e NBC TSP 13 – Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis), assinadas pelos contadores responsáveis e com indicação dos dirigentes.

29.2 Conciliação do resultado Orçamentário e o resultado Contábil em 31 de março de 2021 – Receitas

	<u>31/03/2021</u>
RECEITAS	
Receita sem contraprestação com contribuição social líquida	125.002
Receitas com contraprestação de serviços e outras receitas	2.139
Receitas financeiras	<u>10.844</u>
	137.985
(+) Receitas consideradas somente para fins orçamentários	
Receita de capital (saldo orçamentário do período anterior trazido para o exercício corrente)	596.028
Devolução de Convênios de Exercícios anteriores	<u>7.030</u>
	603.058
(-) Receitas não consideradas para fins orçamentários	
Variação cambial positiva	(7.946)
Receita de doações	(56)
Atualização monetária de valores a receber	(49)
Outros efeitos agregados	<u>(24)</u>
	(8.075)
TOTAL RECEITA ORÇAMENTÁRIA	<u><u>732.967</u></u>



29.3 Conciliação do resultado Orçamentário e o resultado Contábil em 31 de março de 2021 – Despesas

	<u>31/03/2021</u>
DESPESAS	
Despesas contábeis	
Despesas operacionais	69.926
Despesas financeiras	<u>1.689</u>
	71.615
(+ / -) Despesas reconhecidas em base de caixa (diferença entre o incorrido por regime de competência e o pago no período)	
Despesas com convênios (variação negativa de adiantamentos de convênios)	(1.917)
Aluguéis	1.983
Aquisição de softwares e equipamentos de informática	6
Despesas de viagens	14
Processos trabalhistas e cíveis	(199)
Aquisição de periódicos	<u>-</u>
	(113)
(+/-) Despesas não consideradas para fins orçamentários	
Glosa de convênios (reduzidor da despesa de convênios)	35
Variação cambial passiva	(792)
Correção monetária de Provisão contingencial	(426)
Despesas financeiras de arrendamento	(461)
Depreciação	(567)
Amortização	(178)
Demais perdas	1
Depreciação do Direito de Uso - Arrendamentos	(1.509)
Constituição Provisão - Taxa de Administração Receita Federal	(2.538)
Outras receitas (despesas) operacionais	<u>(37)</u>
	(6.473)
TOTAL DESPESA ORÇAMENTÁRIA	<u>65.029</u>

30 Transações com partes relacionadas

São definidas como partes relacionadas da Apex-Brasil:

- Pessoal-chave da Administração e sua remuneração;
- Plano de Benefícios ApexPrev (Nota Explicativa nº 26);
- Empréstimo para diretores: a Entidade não concede empréstimos a diretores e a outros dirigentes; e
- Remuneração de Conselheiros de administração e Conselheiros fiscais: a Entidade não remunera seus Conselheiros.



A seguir, os custos com remunerações atribuídos à Diretoria, em conformidade com o que determina a NBC TSP 22 – Divulgação sobre Partes relacionadas, no período findo em 31 de março de 2021 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2020:

Descrição	31/03/2021	31/03/2020
Pró-labore de Diretores	268	301
Descanso anual de Diretores	33	33
Gratificação anual de Diretores	25	25
Encargos sociais	95	102
Total	421	461

Os valores acima compõem os valores de Despesas com pessoal, encargos e benefícios apresentados na Nota Explicativa nº 20.

31 Evento subsequente- Posse da nova diretoria da Apex-Brasil

Em 12/05/2021, a nova Diretoria Executiva da Apex-Brasil tomou posse e assumiram:

- Presidente, Sr. Augusto Souto Pestana. O ato de sua indicação foi publicado no Diário Oficial da União do dia 28/04/2021, Edição 78, Seção 2, Pg. 1. A Deliberação PRES-CDA nº 01/2021 nomeou e empossou o Sr. Augusto Pestana para exercer o cargo de Presidente da Diretoria Executiva da Apex-Brasil.
- Diretor de Gestão Corporativa, Sr. Roberto Escoto. O ato de sua indicação foi registrado pela Resolução CDA nº 03/2021. A Deliberação PRES-DIREX nº 01/2021 nomeou e empossou o Sr. Roberto Escoto para exercer o cargo de Diretor de Gestão Corporativa da Apex-Brasil.

Para a Diretoria de Negócios ainda não houve nomeação até a presente data.

AUGUSTO PESTANA
Presidente

ROBERTO ESCOTO
Diretor de Gestão Corporativa

GILSON CELLA
CONTADOR
CRC RJ 075.913/O-8 T-DF

9PR1 DFs ApexBrasil 1T2021 FINAL pdf

Código do documento c2f4d247-16cd-4fa2-a0f4-fde4f0c38397



Assinaturas



GILSON CELLA:56064772034

Certificado Digital

gilson.cella@apexbrasil.com.br

Assinou



ROBERTO ESCOTO:65438930791

Certificado Digital

roberto.escoto@apexbrasil.com.br

Assinou



AUGUSTO SOUTO PESTANA:25341403886

Certificado Digital

augusto.pestana@apexbrasil.com.br

Assinou



DOMINGOS XAVIER TEIXEIRA:04925050630

Certificado Digital

domingos.teixeira@nexia-teixeira-audidores.com.br

Assinou

Eventos do documento

28 May 2021, 14:18:29

Documento número c2f4d247-16cd-4fa2-a0f4-fde4f0c38397 **criado** por GILSON CELLA (Conta c614068b-5e3e-49d1-8915-5130aa225e34). Email :gilson.cella@apexbrasil.com.br. - DATE_ATOM: 2021-05-28T14:18:29-03:00

28 May 2021, 14:22:05

Lista de assinatura **iniciada** por GILSON CELLA (Conta c614068b-5e3e-49d1-8915-5130aa225e34). Email: gilson.cella@apexbrasil.com.br. - DATE_ATOM: 2021-05-28T14:22:05-03:00

28 May 2021, 14:22:53

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - GILSON CELLA:56064772034 **Assinou** Email: gilson.cella@apexbrasil.com.br. IP: 177.235.9.47 (b1eb092f.virtua.com.br porta: 18266). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=AC SOLUTI v5,OU=AC SOLUTI Multipla v5,OU=A3,CN=GILSON CELLA:56064772034. - DATE_ATOM: 2021-05-28T14:22:53-03:00

28 May 2021, 14:47:52

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - ROBERTO ESCOTO:65438930791 **Assinou** Email: roberto.escoto@apexbrasil.com.br. IP: 189.125.88.52 (52.88.125.189.static.impsat.net.br porta: 42722). Dados do

Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=AC SOLUTI v5,OU=AC SOLUTI Multipla v5,OU=A3,CN=ROBERTO ESCOTO:65438930791. - DATE_ATOM: 2021-05-28T14:47:52-03:00

28 May 2021, 18:33:32

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - AUGUSTO SOUTO PESTANA:25341403886 **Assinou**

Email: augusto.pestana@apexbrasil.com.br. IP: 190.103.170.20 (190.103.170.20 porta: 25186). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=AC SOLUTI v5,OU=AC SOLUTI Multipla v5,OU=A3,CN=AUGUSTO SOUTO PESTANA:25341403886. - DATE_ATOM: 2021-05-28T18:33:32-03:00

31 May 2021, 08:59:01

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - DOMINGOS XAVIER TEIXEIRA:04925050630 **Assinou**

Email: domingos.teixeira@nexia-teixeira-audidores.com.br. IP: 186.206.139.79 (bace8b4f.virtua.com.br porta: 63152). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,OU=AC VALID RFB v5,OU=A3,CN=DOMINGOS XAVIER TEIXEIRA:04925050630. - DATE_ATOM: 2021-05-31T08:59:01-03:00

Hash do documento original

(SHA256):283afda66b2668f3d27ed95b0324a1c6e162564c4861e2fefa79e2e5b16a9b0e

(SHA512):bcd43a0aa4612443242f1a2dbb6e793f015b3b44e8f3db7e6425c2dc4a93c14cda93623229e2c9058199135e83b16b0698a1315ba49662a10603502022d620d8

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign